

Governo projeta novas medidas

por Cintia Sasse
de Brasília

O governo poderá imprimir novas medidas de auxílio ao controle monetário, segundo revelou importante assessor do ministro Delfim Netto. Desta modo, o pacote econômico formulado pelo governo não se completará com os cortes nos despendos das estatais e no subsídio ao trigo — medidas que serão anunciadas nesta semana — e poderá haver novas provisões a curto prazo, dependendo da acomodação do mercado às decisões oficiais e dos resultados dos novos entendimentos com a missão do Fundo Monetário, que chegará a Brasília provavelmente no meio desta semana.

O acréscimo de cinco pontos percentuais no recolhimento compulsório dos bancos, aprovado nesta

quinta-feira pelo Conselho Monetário, só será retirado em prazo de três a quatro meses se a oferta da moeda se mostrar sob controle, informou a fonte. Os impactos imediatos do pacote serão desfavoráveis, provocando uma alta da inflação e consequentemente dos juros. Mas a principal interrogação entre os técnicos do governo é por quanto tempo persistirão tais efeitos e se o pacote que pretende atacar o déficit público (uma causa original da inflação) poderá resistir com a atual indexação da economia, que gera custos ao governo.

Nesta próxima terça-feira, o grupo interministerial de acompanhamento da execução dos três orçamentos do governo — fiscal, monetário e das estatais — se reunirá para apresentar e debater as últimas estimativas que dimensionam os efeitos do pacote sobre o déficit público, segundo o coordenador do grupo, José Augusto Savasini. Os parâmetros do grupo estão projetando um

Produto Interno Bruto (PIB) de Cr\$ 100 trilhões, em 1983, desde que a inflação se comporte em torno dos 100%. Neste caso, diz Savasini, o resultado do pacote deverá reduzir o déficit dos atuais Cr\$ 5,8 trilhões para a casa dos Cr\$ 3,5 trilhões.

Alguns aspectos do comportamento do déficit público, as repercussões do pacote econômico e a questão da desindexação mereceram na sexta-feira uma reunião entre o secretário geral do Planejamento, José Flávio Pécora, e alguns dos mais importantes assessores do ministro Delfim Netto. Ao final, Savasini resumiu as impressões sobre as diversas manifestações dos empresários em relação ao pacote: "Os mesmos que eram contrários à alteração no decreto salarial no ano passado, querem agora desindexar os salários". Para ele os empresários não pedem o desatrelamento da correção monetária da inflação porque "sabem que o mercado se acomoda".